

Ministério da Saúde afirma que buscou requisitar medicamentos para a rede pública sem prejudicar contratos em vigor

Em audiência na comissão externa da Câmara que acompanha o combate à pandemia, hospitais privados disseram que as requisições de medicamentos do chamado “kit intubação” para a Covid-19 por parte do Ministério da Saúde prejudicaram os contratos desses hospitais com a indústria farmacêutica. Mas o secretário de Atenção Especializada à Saúde do ministério, coronel Luiz Otávio Franco Duarte, disse que ele buscou requisitar medicamentos para a rede pública de maneira que os contratos em vigor não fossem prejudicados.

O diretor do laboratório Cristália, Odilon Costa, disse que a produção está sendo vendida em uma negociação diária com cada interessado para que não falte para os demais. O laboratório é um dos maiores fabricantes de anestésicos do País, mas segundo o diretor, não há estoque, e a produção atual não dá conta da demanda. Ele explicou que a requisição do governo para a rede pública foi feita com base em uma disponibilidade de momento, retirando um pouco de vários contratos em andamento. Mas, segundo ele, a demanda cresceu ainda mais.

O presidente do Sindusfarma, Nelson Mussolini, defendeu a negociação caso-a-caso para evitar desabastecimentos pontuais e afirmou que requisições administrativas atrapalham a logística da indústria farmacêutica. “Nós sabemos fazer duas coisas bem feitas no nosso negócio. A gente tem a sensibilidade na ponta do dedo sobre a quem entregar, como entregar e a rapidez que cada um precisa. Quando se tira isso da gente, ficamos um pouco sem chão.”

Mussolini disse que não será possível fazer estoques com importação como havia sugerido o secretário Franco Duarte. Segundo ele, o problema de abastecimento é mundial. O presidente da Sindusfarma sugeriu à comissão que peça prioridade de vacinação para os trabalhadores das empresas farmacêuticas, porque eles estão trabalhando todos os dias, 24 horas, e cada falta causa prejuízos.

Nelson Mussolini pediu ainda que o Ministério da Saúde atualize os protocolos para intubação, de forma a reduzir a necessidade de medicamentos. Os fabricantes relataram que estão aumentando a produção com novas unidades produtoras. Mas, em alguns casos, como no do medicamento midazolam, um indutor de sono, tem faltado o Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), importado. Alguns também citaram falta de ampolas de vidro.

O presidente da Comissão, deputado [Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. \(PP-RJ\)](#), prometeu atuar para agilizar a chegada de IFA. “Assim como temos feito com a vacina, também faremos com os insumos para a indústria farmacêutica, pedindo direto no Ministério de Relações Exteriores e, se for necessário, falamos com presidentes de congressos de cada um dos países para ajudar na chegada do IFA.”

Rede de comunicação

O secretário Franco Duarte explicou que fez várias requisições pontuais de medicamentos, visitando cada empresa, e que não teria como prever a falta de remédios para aqueles hospitais que não tinham contratos ativos com a indústria. Mas afirmou que os hospitais precisam criar uma rede de comunicação para empréstimos de medicamentos para resolver situações de emergência.

O presidente da Confederação Nacional de Saúde, Breno Monteiro, citou o exemplo de um hospital privado do Pará, que desde o dia 16 de março não consegue comprar medicamentos. Os representantes de hospitais privados também reclamaram de diversos tipos de autorizações necessárias para a importação de medicamentos. Os representantes da Anvisa informaram que ainda nesta semana haverá uma solução para o problema.

Leonardo Barberos, da Federação Brasileira de Hospitais, disse que alguns hospitais de pequeno

porte têm tido de fechar leitos de UTI por falta de medicação. E citou aumentos de preços de medicamentos em até 2.200%.

Fonte: Agência Câmara de Notícias, em 30.03.2021